



O ensino da história do esporte nas propostas curriculares estaduais

MATEUS CAMARGO PEREIRA¹*

Viñao (2008), apoiado em Goodson (2003), afirma que o currículo é um espaço de disputa constante entre diferentes grupos e tradições, composto por prescrições governamentais, livros, produções dos docentes, em constante interação com as práticas cotidianas concebidas no contexto escolar. Dentro das disciplinas escolares a educação física tem sido historicamente caracterizada pelo ensino de conhecimentos procedimentais, vinculada ao saber fazer das práticas corporais sistematizadas. Entretanto, desde a década de 1990, saberes conceituais das ciências humanas, especialmente da história e da sociologia, tem sido prescritos para comporem os planos de ensino da educação básica, acompanhando uma mudança no conceito da área. Rompe-se com a perspectiva pautada pela prática da atividade física, abrindo espaço para outra que defende que a educação física possui conhecimentos que devem ser apropriadas pelos estudantes na sua escolarização formal, sob a forma de conceitos, procedimentos e atitudes presentes nos esportes, danças, lutas, ginásticas, jogos, circo, capoeira etc. Tal mudança conceitual vem acompanhada por uma adequação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passa a considerar, em seu artigo 23, a educação física um componente curricular obrigatório na educação básica.

Referências na área como a obra *Metodologia do Ensino da Educação Física* (Soares et al, 1992) e documentos governamentais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, 1998), prescrevem o ensino do conhecimento histórico das modalidades esportivas. A partir da década de 2000 são confeccionadas as propostas estaduais para a educação básica, nas quais o esporte foi presença constante. Totalizando 22 documentos, elaborados por suas respectivas unidades federativas, estas fontes referem-se a diferentes esportes como futebol, futsal, basquete, voleibol, handebol e atletismo, com menções pontuais ao xadrez, beisebol, rugby, fresbee e tênis de mesa. Na maioria delas há a previsão de trazer o conhecimento histórico entre os saberes conceituais que devem ser ensinados nos anos finais do ensino fundamental. Tal quadro coloca o conhecimento histórico definitivamente no código disciplinar da educação física. Este conceito cunhado por Viñao (2008) é composto por:

* Mestre em educação pela Unicamp. Professor do curso superior educação física do IFSULDEMINAS – campus Muzambinho. Doutorando em Desenvolvimento Humano e Tecnologias na UNESP de Rio Claro.

(...) um corpo de conteúdos (saberes, conhecimentos, destrezas, técnicas, habilidades), um discurso ou argumentos sobre o valor formativo e a utilidade dos mesmos e umas práticas profissionais (VIÑAO, 2008: 206)

A obra *Metodologia do Ensino da Educação Física* (Soares et al, 1992) é a referência mais importante da área a prescrever que o conhecimento histórico esteja presente no código disciplinar da área, argumentando sobre sua pertinência:

É fundamental para essa perspectiva de prática pedagógica da Educação Física o desenvolvimento da noção de historicidade da cultura corporal. É preciso que o aluno entenda que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando etc. Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas. (...). Nesse sentido, o conhecimento é tratado de forma a ser retraçado desde sua origem ou gênese, a fim de possibilitar ao aluno a visão de historicidade, permitindo-lhe compreender-se enquanto sujeito histórico, capaz de interferir nos rumos de sua vida privada e da atividade social sistematizada. O conteúdo do ensino, obviamente, é configurado pelas atividades corporais institucionalizadas. No entanto, essa visão de historicidade tem um objetivo: a compreensão de que a produção humana é histórica, inesgotável e provisória. Essa produção deve instigar o aluno a assumir a postura de produtor de outras atividades corporais que, no decorrer da história, poderão ser institucionalizadas (Soares et al, 1992: 40-41).

Neste artigo tratamos de apresentar um recorte de uma etapa inicial do nosso estudo de doutorado no qual identificamos a recorrência da prescrição do ensino do conhecimento histórico das modalidades esportivas nas propostas curriculares estaduais, bem como as similaridades entre elas e suas particularidades. Trata-se de uma análise documental que tem como fontes as propostas curriculares de 22 estados da federação, referentes aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º anos). Mais especificamente, analisamos as propostas do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe, PiauÍ, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Acre, Maranhão, Pará, Alagoas e Mato Grosso. Os demais estados não possuem propostas curriculares para estes anos de ensino ou não as disponibilizam on line. Os documentos foram produzidos entre 2007 e 2015.

O que dizem os documentos?

A partir de análise documental identificamos que, dentre as 22 propostas, a orientação para o ensino da história das modalidades esportivas está presente em 18 delas: Rio Grande do

Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal e Acre.

As propostas possuem similaridades e diferenças. No que diz respeito às similaridades apresentam a prescrição genérica do ensino da “origem e da história das modalidades esportivas”, seu “processo histórico”, “evolução histórica”, “desenvolvimento”, “historicidade”. As prescrições não vêm acompanhadas de orientações didáticas ou obras de referência que definam os marcos temporais e conceituais aos quais os professores deveriam se reportar. Tabora de Oliveira (2007), Angulsky (2002) e Gancz (2007) afirmam que o ensino de História da Educação Física (HEF) nos cursos superiores brasileiros ainda está preso a referências conceituais majoritariamente rankeanas; quando muito, mescladas com versões marxistas comprometidas com a denúncia do capitalismo, tônica do trabalho de Castellani Filho (1988). Melo (1999) já chamara a atenção para o fato de que a produção historiográfica da EF brasileira ainda adotar como referência conceitual a classificação da História geral (Pré-história, História Antiga, Idade Média etc) ou períodos demarcados pela política geral (Educação Física no período monárquico, Educação Física na República Velha, Educação Física no Estado Novo, Educação Física na Ditadura Militar etc). Defende o autor, apoiado em autores da História Cultural, que se estabeleçam marcos a partir dos fenômenos próprios à área, sem desconsiderar os elementos de natureza econômica e política, cuja influência é inegável. Constata-se, ao acompanhar a produção dos eventos e revistas da área, bem como os planos de curso de HEF de universidades de ponta brasileiras, que o ensino da História da Educação Física não tematiza especificamente a história das modalidades esportivas, mas da área de forma geral. Esta, por sua vez, é analisada como se fosse única, desconsiderando que ocorre em espaços e instituições diferentes, tais como escolas, clubes públicos e privados, academias, etc. Existem, portanto, diversas educações físicas, com temáticas para a pesquisa histórica bem diversas.

Observa-se, também, que a literatura sobre a educação física escolar também não é pródiga em trabalhos que pedagogizem o conhecimento histórico das modalidades esportivas, exceção feita a trabalhos sobre o ensino da história do atletismo (GINCIENE, 2009, 2012, 2016; FREITAS, 2009; MATTHIESEN, GINCIENE e FREITAS, 2012; MATTHIESEN e GINCIENE, 2013). Há, portanto, um quase consenso acerca da necessidade do ensino de conhecimentos históricos das modalidades esportivas sem que a área tenha estabelecido parâmetros sobre o que deve ser ensinado, e na falta de marcos ou referenciais históricos próprios à disciplina como um todo e às modalidades ou práticas esportivas ensinadas, em

especial, adotando-se nesse caso cronologias ou classificações históricas genéricas e amorfas, pouco ligadas às questões do campo disciplinar da Educação Física, ou mesmo difusoras de pré-conceitos históricos que se quer justamente combater ou revisar.

No que diz respeito às propostas curriculares, observa-se que as propostas gaúcha e paranaense extrapolam a ideia de origem como marco temporal, presente nos demais documentos. A versão riograndense agrega a identificação dos “grupos sociais envolvidos (praticantes, espectadores) com as práticas esportivas estudadas”, a ser ensinada no 6º e 7º anos (Rio Grande do Sul, 2009, p. 131). Na proposta paranaense, o ensino da origem está prevista no 6º ano e considera “ (...) o surgimento de cada esporte com suas primeiras regras” (Paraná, 2007, p.60).

Prescreve-se o ensino da evolução das modalidades, de seu processo histórico ou desenvolvimento, nas propostas do Acre, Tocantins, São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Pernambuco, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Sergipe. A ausência de explicações sobre o que se busca ao se prescrever o ensino nestes termos, sugere que se tratam de sinônimos. Desta forma, apoiados em Silva e Silva (2009, p.134), assume-se a ideia de evolução como “a mudança no transcurso do tempo”.

A proposta paranaense, por exemplo, estabelece para o 7º ano “estudar a origem dos diferentes esportes e mudanças ocorridas com os mesmos, no decorrer da história” (Paraná, 2008, p.61). É preciso deixar claro sob quais aspectos de mudanças serão considerados. Poderia ser na perspectiva da mudança das regras e as motivações pelas quais ocorreram; outra possibilidade seria partir da institucionalização das entidades e da organização dos campeonatos; outro olhar possível consideraria a inclusão da modalidade no programa olímpico. Entretanto, todas elas carecem de material organizado e análises consistentes que permitam aos professores uma abordagem balizada como conteúdo de ensino.

A proposta rondonense é um exemplo de prescrição que mais confunde do que esclarece. Sugere: “a contextualização histórica dos esportes básicos comuns e sua relação com as experiências corporais adquiridas” (Rondônia, 2010, p.121). O que se espera quando se indica relacionar contexto histórico de um esporte com as experiências corporais adquiridas? Quais experiências corporais foram adquiridas e por quem? O que queremos problematizar neste debate é que falar sobre a história de uma modalidade, seu desenvolvimento, processo histórico, evolução ou historicidade, não é uma obviedade. Não há versões consistentes e divulgadas massivamente que possam ser assumidas como oficiais pelas redes de ensino. As propostas não

apresentam nas suas referências bibliográficas sugestões de textos que sejam tratadas como tal. Temos, portanto, uma proposição genérica, que sugere ao professor e à professora que assuma o caminho que quiser para tratar do conteúdo sugerido, se realmente quiser ensiná-lo. Se a presença do conhecimento histórico sobre o esporte pode ser um avanço para a área, a fragilidade conceitual e a indefinição de objetivos de aprendizagem claros coloca em risco essa possibilidade.

No concernente às particularidades, algumas propostas dão alguns passos no sentido de definir temas que devem compor o corpus de saberes históricos. A proposta goiana para o 9º ano sugere “compreender as influências histórico-culturais na participação da mulher no esporte” (Goiás, 2007, p.84). É a única proposta que situa o debate sobre a história das mulheres no esporte, algo relevante, se consideramos a dimensão desta participação na sociedade atual, com reflexos visíveis em todas as esferas esportivas, especialmente do alto rendimento. Entretanto, ainda que o recorte temático seja claro (a participação da mulher no esporte), a definição do que comporia as influências histórico-culturais carece de explicação, deixando por conta do entendimento docente a qualificação conceitual. De qualquer forma, a simples menção ao tema representa um avanço no cenário de estudos da área.

A proposta pernambucana propõe para o 7º, 8º e 9º anos “analisar e sintetizar a história dos jogos olímpicos modernos e dos jogos olímpicos da antiguidade clássica, relacionando-os ao fenômeno nos dias atuais” (Pernambuco, 2013, p.46). Trata-se da única proposta que sugere a tematização deste evento mundial que mobiliza atualmente milhões de pessoas e uma grande indústria do entretenimento, suplementos, materiais esportivos, turismo etc. Ainda que não se defina por qual recorte temático se deve investigar a história dos Jogos Olímpicos Modernos, trata-se de um tema relevante.

A proposta amazonense é a única que estabelece o ensino de temas locais e regionais da Região Norte ao prescrever o ensino da “História da Educação Física, no Brasil e na Região Norte” (Amazonas, 2010, p.111) para o 8º ano. Goellner (2012) pontua a emergência dos estudos históricos que considerem os temas regionais. Em que pese a generalidade da proposição, provoca os professores e professoras a produzirem sobre o assunto, dando protagonismo para as ações que tem a cultura local como objeto. No conjunto das produções históricas da área os objetos acabam privilegiando as políticas nacionais ou os fenômenos ocorridos nas regiões dos centros de pesquisa mais consolidados, localizados no centro-sul do Brasil.

Conclusões provisórias

A exigência do conhecimento histórico das modalidades esportivas está presente na maior parte das propostas curriculares estaduais brasileiras e mostra que tal tema compõe o código disciplinar da área. Entretanto, é inegável que as prescrições carecem de maior detalhamento, bem como de produção de referências que possam orientar as abordagens na “quadra de aula” por parte dos professores e professoras. Tais referências devem apoiar-se num ponto de vista interdisciplinar, valendo-se das produções mais modernas da historiografia, e ter em autores do ensino de história possíveis parceiros no estabelecimento de caminhos para a consolidação deste conhecimento na educação física escolar. Cabe considerar, também, que a educação física possui uma especificidade que não pode ser perdida: a de ensinar a linguagem corporal e seus sentidos e significados. Conforme o trecho citado da obra de Soares et al (1992), compreender que o movimento humano possui sentidos diversos de acordo com os períodos e contextos é interpretar a produção cultural humana na história. No nosso caso, o conhecimento histórico é fermento para compreender o ser humano em movimento, influenciado por instituições que se modificam com e no tempo. Portanto, não podemos abrir mão do nosso objeto, ainda que devamos dialogar com as referências mais modernas de diferentes áreas de conhecimento.

Constatamos que além de pouco presente, o conhecimento histórico está pontuado de forma genérica, salvo raras exceções. Essa generalidade torna a sua aplicação na escola básica pontual e difícil. Faltam ações de formação dos professores para a tarefa de ensiná-lo. Neste sentido, Viñao (2008) novamente é feliz nas suas reflexões:

Mas o código disciplinar não consiste somente em conteúdos, tanto ou mais importante é o discurso elaborado pelos componentes do campo disciplinar – um discurso que nasce com a mesma disciplina e que se constrói frente a outros similares – sobre o valor formativo e a utilidade acadêmica, profissional ou social de tais conteúdos. Ao fim e ao cabo, a importância da disciplina em questão e seu lugar na hierarquia das disciplinas – quer dizer, seu peso nos planos de estudo (número de horas que se lhes destinam e inclusive nas que se ensina) e a consideração acadêmica de quem as ministram – dependem de que tal discurso, em luta com outros, seja aceito ou não – e em que medida – no mundo acadêmico e nos centros de decisão sobre o currículo prescrito. Pode-se tratar, como é óbvio, de discursos muito diferentes, em ocasiões combinadas desde discursos relativos, por exemplo, à adequação de tais conteúdos às demandas do setor produtivo até seu papel, sempre fundamental e insubstituível, como ginástica intelectual, como conhecimento instrumental ou para a formação do caráter. Em todo caso, tais discursos, proferidos em solenes atos acadêmicos, nos meios de comunicação, nas introduções, prólogos ou advertências prévias que às vezes figuram nos livros de texto, na vida cotidiana das

instituições educativas ou nas conversas diárias que têm lugar no mundo escolar, conformam tanto os conteúdos disciplinares como as práticas e o modo em que são ensinados (VIÑAO, 2008: 207)

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido para que o conhecimento histórico das modalidades esportivas ocupe um espaço mais consistente dentro dos planos de ensino, com temas e objetivos claros. A constituição de uma política de formação efetiva, a realização de pesquisas aplicadas que organizem unidades didáticas que contemplem a temática, bem como a publicação de mais obras sobre o assunto, são passos necessários para que este conhecimento ocupe definitivamente a quadra de aula. O diálogo com as produções e espaços acadêmicos da História torna-se indispensável para qualificar esse movimento por parte da educação física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações curriculares para o ensino fundamental – Caderno 1 Educação Física**. 2010. 63 p.

AMAZONAS. Secretaria do Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Proposta curricular do ensino fundamental do 1º ao 9º ano**. Rede pública estadual. s/a. 224 p.

ANGULSKY, C. M. **A disciplina de história da educação física na formação inicial: como contar esta história?** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina.

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Diretoria de Educação Básica. **Orientações curriculares e subsídios didáticos para a organização do trabalho pedagógico no ensino fundamental de nove anos** - Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Diretoria de Educação Básica. Salvador: Secretaria da Educação, 2013 177 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª série)**: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 96 p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)**: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 114 p.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. São Paulo. Papirus. 1988.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento da educação básica**. Ensino Fundamental. Anos finais. 2013. 148 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Educação. **Guia de implementação**/Secretaria da Educação. – Vitória: SEDU, 2009. 72 p.; 26 cm. – (Currículo Básico Escola Estadual)

_____ **Ensino fundamental: anos iniciais**/Secretaria da Educação. – Vitória: SEDU, 2009. 202 p.; 26 cm. – (Currículo Básico Escola Estadual)

_____ **Ensino fundamental: anos finais: área de Linguagens e Códigos**/Secretaria da Educação – Vitória: SEDU, 2009. 128 p.; 26 cm. – (Currículo Básico Escola Estadual; v. 01

FREITAS, F. P. R. de. **O salto com vara na escola: subsídios para o seu ensino a partir de uma perspectiva histórica.** 2012. 189 p. Dissertação de mestrado em ciência da motricidade humana. UNESP - Rio Claro, 2012.

GANCZ, R. **O ensino da história da educação física no Brasil: ainda seguimos uma visão linear?** In Anais do congresso luso brasileira de história da educação. Uberlândia, MG. p.1978-1998. Disponível em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/180RicardoGancz.pdf>. Acesso em 20/02/2017.

GINCIENE, G.; MATTHIESEN, S. Q. O sistema de partida em corridas de velocidade do atletismo. *Motriz Revista Educação Física*, Vol.18, no.1, Rio Claro, jan./mar. 2012

_____ História das corridas. Coleção História do Atletismo: da teoria à aplicação. Vol. 1. Editora Fontoura. Várzea Paulista. 2013.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Educação. **Reorientação curricular do 1º ao 9º ano.** Currículo em debate. Expectativas de aprendizagem - convite à reflexão e à ação. Goiânia. 2007. 228 p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul ensino fundamental.** 2012. 361 p.

MATTHIESEN, S.Q.; GINCIENE, G.; FREITAS, F.P. R. de. Registros da maratona em Jogos Olímpicos para a difusão em aulas de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, Vol.26, n .3, São Paulo, jul/set. 2012.

MATTHIESEN, S. Q.; GINCIENE, G. **Fragmentos da história dos 100 metros rasos: teoria e prática.** *Coleção Pesquisa em Educação Física*, Vol. 8, nº 3, Várzea Paulista, ISSN: 1981 – 4313. p. 181-186. 2009.

MELO, V. A. de. Porque devemos estudar história da educação física/esportes nos cursos de graduação? In Melo, V.A de: **História da educação física e do esporte no brasil: panoramas, perspectivas e propostas.** São Paulo,SP, Ibrasa, p. 11-19, 1999.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular.** CBC Educação Física Ensino Fundamental e Médio. 2007. 68 páginas.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** 2008. 92 páginas.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros para a educação básica do Estado de Pernambuco – Parâmetros Curriculares de Educação Física – Ensino Fundamental e Médio**. 2013. 76 páginas.

PIAUI. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Matrizes disciplinares do Ensino Fundamental**. Caderno 1. 2013. 158 p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo mínimo Educação Física**. 2012. 14 páginas.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular**. Lições do Rio Grande. Linguagens, códigos e suas tecnologias Artes e Educação Física. Volume II. 2009. 184 p.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular Rondônia**. Ensino Fundamental. 2013. 280 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Formação integral na educação básica 2014. 192 p.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias/Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Alice Vieira**. – 2. ed. – São Paulo: SE, 2012. 260 p.

SERGIPE. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe**. 2011. 258 p.

SILVA, K. V.; SILVA, M.H. Dicionário de conceitos históricos. Editora Contexto. 2009. 2ª edição. 2ª reimpressão.

SOARES et al. C.L. **Metodologia do ensino da educação física**. Cortez Editora. 1992.

TABORDA DE OLIVEIRA. M. A.: Renovação historiográfica na educação física brasileira. In Soares, C.L (org). **Pesquisas sobre o corpo**. Ciências Humanas e Educação. Campinas, SP. Autores Associados, p. 37-48, 2010.

TOCANTINS. Secretaria de Educação e Cultura. **Referencial Curricular**. Ensino Fundamental 1º ao 9º ano. Vol. 2. 2009. 402 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIÑAO, A. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 18 set./dez, p. 173-215, 2008.

